



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS**

OFÍCIO/CRHi/

/

São Paulo, de

de 2009

Prezado Senhor,

Em atenção ao Ofício Circular 04/2009/CNRH/MMA, de 14 de janeiro de 2009, vimos, por meio deste, apresentar a sistematização das sugestões da representante do CRH São Paulo no CNRH e dos representantes nas Câmaras Técnicas do CNRH, segmento Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos SP e RJ, como contribuição à pauta de temas prioritários do CNRH para 2009.

Sendo o que se apresenta, subscrevemos-nos.

Atenciosamente,

**ROSA MARIA MANCINI**

Coordenadora de Recursos Hídricos – CRHi/SMA  
Representante do CRH São Paulo no CNRH

Seguirá assinado e numerado.

Excelentíssimo Senhor  
**VICENTE ANDREU GUILLO**  
Secretário-Executivo do CNRH  
BRASÍLIA-DF

## **ANEXO/ OFÍCIO/ CRH SP**

### **SUGESTÕES PARA DEFINIÇÃO DA PAUTA E DINÂMICA DO CNRH - 2009**

#### **Pautas e dinâmica do plenário:**

- A agenda do CNRH deve ser orientada para a implantação dos instrumentos de gestão e questões estratégicas nacionais, relacionadas aos temas do Plano Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Planos Estaduais e Planos de Bacias hidrográficas.
- Devem ser diagnosticadas a situação da implementação dos instrumentos de gestão e temas que são tratados por bacia hidrográfica.
- Entende-se como estratégico o maior diálogo e aproximação com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, pois são eles que dão a dinâmica para o desenvolvimento dos instrumentos de gestão em cada um dos Estados da União. Todos os representantes de Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos devem ser estimulados a participar das reuniões do CNRH, mesmo como ouvinte.
- Também é estratégico o estabelecimento da transversalidade com as políticas setoriais (indústria, agricultura, serviços, abastecimento, energia etc.), dando destaque para o disciplinamento dos usos de recursos hídricos.
- Deve ser proposta a alteração do Regimento Interno do CNRH de forma a permitir a realização de reuniões e Resoluções Conjuntas com o CONAMA, no que diz respeito a temas de interesse comum, com destaque para padrões de qualidade.
- O encaminhamento das Resoluções para plenário deve ser acompanhado de nota técnica detalhada que fundamente a demanda da CT e esclareça os conselheiros, permitindo uma votação consciente.
- Devem ser revistas as regras para o pedido de vistas à votação de resoluções: a justificativa e proposta alternativa já deve ser apresentada quando do pedido de vista e não após período regimental.
- Deve ser estabelecido um padrão para o desenvolvimento dos Programas do Plano Nacional.
- As Resoluções do CNRH devem ser divulgadas aos CBHs, Conselhos Estaduais e órgãos Gestores, e solicitar reciprocidade aos mesmos.

#### **CNRH e suas CTs**

A relação do Conselho Nacional com as Câmeras Técnicas deve ser mais estreita e objetiva. Devem ser estabelecidas metas em termos de resultados a serem alcançados no desenvolvimento dos trabalhos para cada uma delas, assim como indicadores para monitoramento e avaliação das atividades que sempre devem estar voltadas aos instrumentos de gestão e temas a serem desenvolvidos já previstos no Plano Nacional de Recursos Hídricos. Algumas propostas:

- Avaliar eficácia e eficiência: correlacionar a missão das Câmeras Técnicas estabelecidas por Resolução do CNRH; as ações que vem sendo desenvolvidas e os Planos de Trabalho previstos para 2009.

- Base de acompanhamento do Sistema Nacional pode ser o SIAPRHE excelente ferramenta para o monitoramento das atividades dos CBHs – nível de organização para funcionamento, maturidade técnica.

- Deve ser avaliada a aplicação das resoluções do CNRH pelos integrantes do SINGRH.

#### **Propostas dos representantes de São Paulo para as Câmaras Técnicas:**

- CT COST
- CTPOAR
- CT AS
- CT COB
- CT IL

#### **Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST**

Temas relevantes a serem tratados pelo CNRH:

##### **a) Temas da CTCOST**

- 1) Erosão Costeira: aspectos principais e seus reflexos nos recursos hídricos.
- 2) A outorga na Zona Costeira.
- 3) Detalhamento do Programa IX do PNRH (Gestão dos Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro).
- 4) Sistema de Informações – SNIRH.
- 5) Experiências locais de integração em Gestão Costeira e Recursos Hídricos: implementação de ações.
- 6) Estratégias para a disseminação das ações da CTCOST.

**Justificativa:** Estes temas foram definidos pela Câmara em 2008, como temas significativos para fortalecimento da CT e do Conselho de forma a atender as atribuições a ela conferidas.

##### **b) Temas de caráter geral**

- 1) Mudanças no clima e seus reflexos na gestão de recursos hídricos.
- 2) Integração da Política de Recursos Hídricos com outras Políticas Públicas (por exemplo, Saneamento etc.).
- 3) As escalas de ação na gestão dos recursos hídricos: nacional, estadual e municipal – há descentralização? Há integração?
- 4) Consumo consciente – o papel do poder público como exemplo de ações em recursos hídricos (equipamentos públicos, infra-estrutura etc.).
- 5) Matriz energética.
- 6) Gestão dos Recursos Hídricos em Regiões Metropolitanas.
- 7) Serviços Ambientais: Proteção de Mananciais.

**Justificativa:** Inserção dos temas nos instrumentos da Política; Reflexão sobre os caminhos adotados.

##### **c) Temas específicos**



- 1) A participação no conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e nos instrumentos da Política – O papel dos Comitês federais e estaduais.
- 2) O Plano Nacional de Recursos Hídricos e sua interface com os demais instrumentos da Política.

**Justificativa:** Fazer balanço dos instrumentos e suas relações; Aprimorar os instrumentos.

### **Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR**

- 1) Resolução que dispõe sobre diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas ou remanescentes;
- 2) Resolução que dispõe sobre critérios para outorgas de efluentes em corpos de água

Além destes assuntos poderão surgir demandas vindas de outras Câmaras, de trabalhos em andamento cujos temas tenham interface com a outorga e que necessitem de manifestação da CTPOAR.

### **Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS**

Proposta de trabalho para 2009

- 1) Ciclo de seminários regionais de aplicação das Resoluções CNRH de 2008.

**Justificativa:** As resoluções relativas às águas subterrâneas devem ser apresentadas e discutidas entre os órgãos gestores e agentes estaduais, para sair do papel e entrar em processo de implementação. O objetivo é realizar cinco seminários regionais, por região geográfica, com temário básico comum e discussão centrada nas necessidades de cada região.

- 2) Estudo e regulamentação da Recarga Artificial de Aquíferos

**Justificativa:** a recarga artificial de aquíferos, largamente praticada em vários países, é pouco ou quase nada utilizada no Brasil. O conhecimento e domínio de métodos e técnicas de recarga para distintas finalidades e contextos hidrogeológicos, associados aos cuidados com a proteção dos aquíferos serão as bases para a regulamentação dessa prática de recarga. Para esse fim, a CTAS realizará reunião e debates convidando especialistas nacionais e estrangeiros.

### **Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL**

É desafio da CTIL, neste ano de 2009, a criação de um Grupo de Trabalho - GT cuja atribuição será de selecionar os temas prioritários da agenda do CNRH e definir a interface desses temas com o CONAMA. Em caso positivo, a CT deve propor ao CNRH que estabeleça procedimento definindo suas atribuições para cada assunto específico.

**Justificativa:** em 2008, verificou-se que inúmeras proposições apresentadas à CTIL pelas demais CTs, após examinadas pelos seus aspectos institucionais e legais, retornaram a sua origem por haver extrapolação de competência nas suas propostas.

Além disso, como subproduto deste Grupo de Trabalho a ser proposto poderá se formalizar procedimentos com vistas à possibilidade de reuniões conjuntas, envolvendo representantes do CNRH e do CONAMA, de modo que o Ministério do Meio Ambiente na fique refém de resoluções conflitantes.

### **Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB**

Temas a serem discutidos e desenvolvidos para implantação da cobrança nos rios de domínio da União e dos Estados:

- 1) Definição dos papéis da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, ANA e CTCOB do CNRH na implantação e acompanhamento da cobrança nacional;
- 2) Compatibilização das cobranças estaduais com a cobrança nacional;
- 3) Viabilização de cadastros de usuários específicos para a cobrança pelo uso da água;
- 4) Integração entre órgãos estaduais gestores de recursos hídricos, agências de bacias e CBHs;
- 5) Divulgação da cobrança como instrumento de gestão para os setores usuários e público em geral;
- 6) Forma de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança;
- 7) Aprimoramento dos projetos desenvolvidos com recursos da cobrança;
- 8) Acompanhamento dos projetos desenvolvidos com recursos da cobrança e garantia de resultados, os quais devem ser disseminados e divulgados para possível reaplicação;
- 9) Critérios mais rigorosos para obtenção de recursos da cobrança federal;
- 10) Direcionamento dos recursos arrecadados com a cobrança para os Fundos Estaduais de Recursos Hídricos e sua aplicação exclusiva nos programas e ações estabelecidos nos Planos de Bacia.